

O que muda

Nos próximos dois anos, até julho de 1985, os reajustes salariais (para todas as faixas) serão iguais a 80% da variação do INPC (já expurgado em junho e julho). Este mesmo limite terá de ser respeitado nos aumentos dos aluguéis, em contratos novos, e nas prestações do BNH, desde que o mutuário concorde em pagar correções semestrais. No caso do BNH, a diferença não-paga mensalmente será acrescida ao saldo de-

vedor. Os juros também foram tabelados, exceto para o crédito direto ao consumidor. O novo pacote econômico foi adotado durante inesperada reunião do Conselho de Segurança Nacional (que normalmente só trata de questões políticas) realizada ontem, véspera do embarque do presidente Figueiredo para os EUA. Leia também, nas páginas 7 e 8, o que dizem os nossos analistas. E, na página 9, a reação do FMI.

O presidente João Figueiredo reuniu ontem o Conselho Monetário Nacional para anunciar a adoção de um processo de drástica redução dos salários, tabelar os juros, conter os aluguéis e as prestações do Banco Nacional da Habitação. Com a compressão dos salários, o governo espera a imediata liberação dos créditos prometidos pelo Fundo Monetário International e a normalização de sua situação junto aos bancos estrangeiros. No entanto, há dúvidas se estas medidas serão aprovadas pelo Congresso.

De acordo com uma alta fonte oficial, que participou da reunião, o novo pacote econômico equivale a um rompimento do acordo PDS-PTB, que garantia maioria ao governo na Câmara dos Deputados. Uma das exigências formais do PTB para manter o acordo era precisamente que fossem preservados os atuais níveis salariais. Considera-se, porém, imprevisível a reação do PTB, hoje apontado como um partido puramente fisiológico. Igualmente imprevisível é a reação de dissidências do próprio PDS — admitia-se ontem em Brasília.

Acordo com o FMI

Segundo a alta fonte, as medidas tiveram de ser tomadas "diante do fato de o Brasil estar com alguns compromissos vencendo no Exterior". Agora que já cumpriu as principais exigências do FMI, o governo espera a liberação da segunda parcela (US\$ 411 milhões) do crédito ampliado de US\$ 4,8 bilhões, e que já deveria ter sido depositada há dois meses. A liberação do dinheiro corresponderá a um novo aval à política econômica em vigor, permitindo a regularização da situação do governo junto aos bancos que, por sua vez, entregariam ao País os recursos já combinados. Com isto, as autoridades escapariam, mais uma vez, à moratória. No momento, o País tem mais de US\$ 1 bilhão de contas em atraso e o BIS (Banco de Compensações Internacionais) ameaça não prorrogar pela terceira vez o pagamento de uma parcela de US\$ 400 milhões, com vencimento marcado para amanhã.

No entanto, o porta-voz do Plano, Carlos Átila, negou que o novo pacote tenha saído por exigência do Fundo Monetário. "As conversações mantidas com o FMI são no sentido de fazer refluir o índice inflacionário. Agora, a maneira de conseguir este objetivo compete única e exclusivamente ao governo brasileiro. Portanto, à medida que as medidas derem os resultados esperados, elas vão ajudar (a concluiu) de um acordo com o Fundo."

O porta-voz garantiu também que o presidente Figueiredo "sofreu muito", só concordando em baixar o pacote por considerá-lo indispensável para conter a inflação.

Até julho de 1985

As medidas terão vigência nos próximos dois anos, de agora até julho de 1985. Segundo Carlos Átila, esta limitação foi adotada por Figueiredo com o objetivo de dar oportunidade ao seu sucessor (que assume em 15 de março de 1985) de decidir se elas devem ou não continuar em vigor, dispondo de um prazo para estudá-las detidamente.

Acrecentou que o presidente Figueiredo não deixou para anunciar as medidas na véspera de seu embarque para Cleveland, de propósito. Isto só aconteceu porque somente na terça-feira o presidente foi finalmente convencido da "inevitabilidade" das providências.

Um fato que chamou muito a atenção foi a convocação do Conselho de Segurança Nacional, para referendar medidas na área econômica. Depois de 1964, as reuniões do CSN estiveram ligadas à cassação de mandatos; no governo Figueiredo, o órgão reuniu-se para aprovar a anistia política. No setor da economia, as medidas vinham sendo adotadas sempre através de "reuniões telefônicas" do Conselho Monetário Nacional, inteiramente controlado pelos ministros Delfim Neto e Ernane Galvães, e pelo presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni.

Ontem, coube ao secretário-geral do CSN (que congrega o presidente e vice-presidente da República e todos os ministros de Estado), general Danilo Venturini, também ministro extraordinário para Assuntos Fundiários, a leitura do pacto, durante a reunião.

Momento crítico

O momento é crítico. A economia está muito doente. A natureza está sendo cruel conosco — disse o presidente, com voz embargada, fisionomia exibindo extrema preocupação.

Figueiredo abriu a reunião por volta das 17 horas, tendo à sua direita o vice-presidente Aureliano Chaves e na outra cabeceira da mesa o ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Waldir de Vasconcelos, anunciando "momentos difíceis, decisões amargas. Muito esforço e sacrifício já foram despendidos pela sociedade brasileira. Não obstante, a crise persiste, se agrava, interna e externamente. Ultrapassa interesses setoriais para situar-se no nível da segurança nacional".

— Convoquei-os, pois, — prosseguiu —, diante da abrangência e amplitude do problema. É preciso decidir, mesmo que penosamente. Meu iminente afastamento do País impõe-me completar o conjunto das medidas capazes de conduzir à solução do impasse em que nos encontramos. Responsabilidade intransferível. Não poderia e não deveria transmitir o governo ao meu ilustre substituto e prezado companheiro, doutor Aureliano Chaves de Mendonça, sem assumir o peso dessa decisão. A recuperação nacional depende de cada um de nós. Peço a cada brasileiro que compreenda a importância e a necessidade de seu sacrifício.

Logo após a fala do presidente, o general Danilo Venturini leu a íntegra do decreto-lei presidencial, seguindo-se um discurso do vice-presidente Aureliano Chaves, em que ele se compromete a "modestamente, como é do meu feitio, mas firmemente como é do meu feitio também, durante a ausência de Vossa Excelência", tudo fazer "para que as diretrizes do seu governo e as medidas que Vossa Excelência neste instante toma sejam cumpridas integralmente".